Terca-Feira, 19 de Agosto de 2025

Desafios na Regulação das UTIs em Cuiabá: Propostas e Perspectivas

Veja vídeo

A regulação das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) em Cuiabá tem gerado discussões acaloradas entre as autoridades locais, especialmente após a intervenção do governo do estado, que assumiu a responsabilidade pela regulação de urgência e emergência. O debate em torno da eficiência desse sistema e das responsabilidades entre o governo estadual e municipal passou a ser centralizado nas reuniões do Ministério Público e na Central de Regulação.

Durante uma recente coletiva de imprensa, o promotor de Justiça responsável pelos processos investigatórios na saúde da capital foi questionado sobre o desejo do prefeito de reassumir a responsabilidade pela regulação das UTIs. O promotor destacou a importância de considerar diversos fatores para que a regulação funcione adequadamente. "Acredito que a responsabilidade sobre a regulação deve ser analisada com cautela, levando em consideração a estrutura atual de gestão, os resultados obtidos e, principalmente, o que é melhor para a população", afirmou.

Essa opinião reflete uma preocupação comum entre os gestores e profissionais de saúde de Cuiabá. A regulação, que durante a intervenção era realizada em um sistema conjunto entre o Estado e o Município, revelou-se ineficaz em alguns momentos, necessitando de uma reavaliação. Atualmente, o Estado regula os atendimentos de urgência e emergência, enquanto as cirurgias eletivas continuam sob responsabilidade do município.

Entre os maiores desafios citados estão a falta de comprometimento de equipes hospitalares e a necessidade de uma comunicação eficiente na Central de Regulação. O promotor ressaltou que para a regulação ser realmente eficaz, deve haver sintonia entre as equipes médicas e uma infraestrutura hospitalar adequada, com todos os serviços funcionando plenamente. "A regulação não coloca nenhum paciente dentro do hospital, e muitas vezes a culpa recai sobre a central, quando o problema está na aceitação do hospital", alertou.

Outro ponto crítico é o preenchimento de dados nos sistemas de regulação, que ainda é sujeito a erros humanos. Isso pode resultar na não alocação de pacientes nas vagas corretas, levando a longas esperas e a frustração tanto para pacientes quanto para profissionais.

O promotor sugere que, para resolver estas questões, seria ideal integrar tecnologias mais automatizadas no sistema de regulação, minimizando a dependência de fatores humanos que muitas vezes complicam a situação. "Só vai haver uma regulação mais eficiente quando implementarmos um sistema que reduza as variáveis humanas e otimize os processos", concluiu.

Diante de tantas dificuldades, a expectativa agora fica para a reunião marcada na Central de Regulação, onde se discutirão as melhorias necessárias e se o município poderá retomar a regulação ou se o estado manterá sua atuação nesse campo crítico da saúde pública.